

A BANANICULTURA DA MICRORREGIÃO DO LITORAL NORTE (RS)

Daniela Garcez – ULBRA
daniela.garcez@terra.com.br

Atamis Antonio Foschiera - UNESP
atamis68@hotmail.com

Cláudio José Bertazzo – ULBRA
cbertazzo@cpovo.net

A banana é a cultivar de maior expressão comercial produzida no Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul – RS. Mais de quatro mil produtores, que produzem cerca de 86% dos frutos colhidos no RS, se empenham nessa cultura, segundo dados da Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA.

Na bananicultura praticada na microrregião do litoral norte coexistem dois sistemas produtivos diferenciados, pois estão pautados em tecnologias agrícolas distintas: a bananicultura convencional e a bananicultura de base ecológica. A grande maioria dos agricultores vincula-se à produção convencional.

A produção dessa microrregião ainda é hiposuficiente para abastecer o mercado consumidor do RS. Ali, embora os fruticultores pratiquem uma monocultura, seus resultados demonstram que os agricultores não atingem o patamar produtivo essencial para reproduzir-se e gerar excedentes que permitam investimentos de ampliação dos pomares seja em área de produção ou de incremento tecnológico que resulte em maior volume de produtos. Para completar as necessidades de consumo o RS segue importando as frutas produzidas em Santa Catarina e São Paulo.

Os procedimentos metodológicos que subsidiam esta pesquisa empregam discussões conceituais, entrevistas, visitas de campo aos pomares bananicultores convencionais e de base ecológica, que proporcionam alcançar uma maior compreensão do tema focado. Delimitando como área para a análise a microrregião do Litoral Norte, que a partir da década de sessenta, introduziu a bananicultura comercial convencional e que, atualmente, é a cultura com maior representatividade econômica. Em toda a área em estudo ocupa cerca de 11 mil hectares.

A banana, como se sabe, é a segunda fruta mais cultivada no mundo. O Brasil é o terceiro maior produtor e consumidor dessa fruta que tem sua origem nos continentes asiático e africano. A produção brasileira de bananas chega a 6,5 milhões de toneladas por ano.

No RS a produção se concentra, predominantemente, na microrregião do litoral norte, sendo também cultivada no interior de vales nos rebordos do planalto meridional do Brasil – ou serra geral, como também é designado. Sendo uma fruta tropical, a bananeira exige muito calor e umidade em seu desenvolvimento, ela consegue ter boa performance produtiva até a latitude dos 30°.

Na área que estudamos, a produção é basicamente em unidades de agricultura familiar, sendo o principal produto agrícola, enquanto hortigranjeiros são produzidos em pequena escala. A renda das famílias é obtida pela comercialização desse produto principal, em que todos os trabalhadores envolvidos no processo produtivo são da própria família (ABRAMOVAY, 1992), evitando aumentar os custos de produção com o pagamento de salários.

A seguir mostramos figura com principais áreas de produção de bananas no RS.

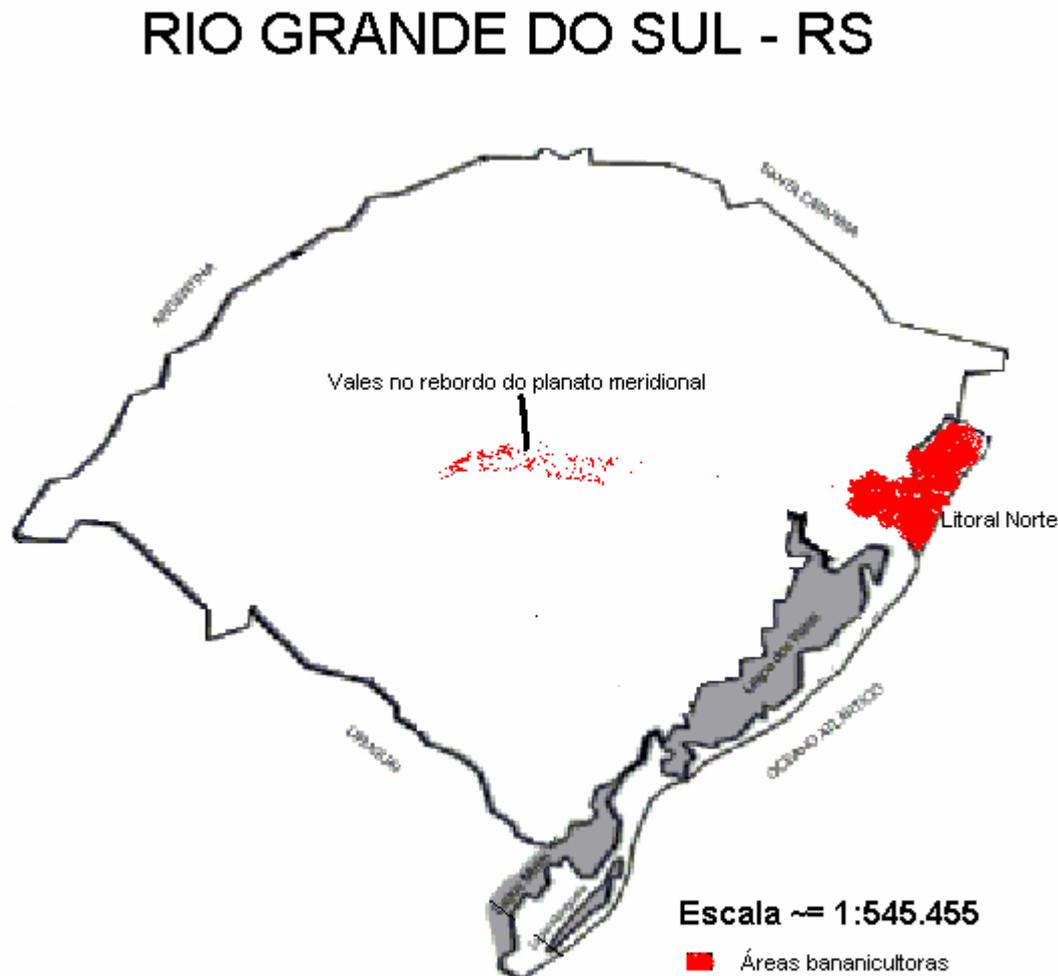


FIGURA 1 – Mapa do Rio Grande do Sul e áreas com destaque para a bananicultura

Fonte: Elaboração dos autores, 2005.

Entretanto, todo esse esforço não tem proporcionado a superação do nível de desenvolvimento dessas unidades de produção, como argumenta (ALVES, 1995) onde permite concluir que a renda média de muitos destes produtores não provém de recursos excedentes para aumentar o nível tecnológico de sua produção. Ou mais precisamente:

Os dois componentes do processo de produção, monocultura e baixo nível tecnológico, são os fatores relevantes, que impedem os produtores a praticarem uma produção que lhes propiciem uma eficiência máxima em termos de rentabilidade, renda e conseqüentemente inversão na produção. (ALVES, p.166, 1995).

As ações da Associação Riograndense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER no apoio aos produtores da microrregião tem garantido um incremento de produção e apresentado alternativas para aumentar a renda dos agricultores familiares, como a confecção de artesanato com palhas de bananeiras, por exemplo. Além das técnicas de manejo para evitar perdas com doenças e maiores gastos com agrotóxicos e adubos sintéticos. Todavia a dependência com insumos tem se multiplicado devido ao modelo tecnológico implementado e pela desconfiança dos produtores em experimentar novas tecnologias.

A produção de bananas segundo a tecnologia convencional na microrregião do Litoral Norte chega a 12,6 mil quilogramas por hectare. Ela representa a maior parte das frutas colhidas, embora existam outras unidades de produção distribuídas no interior dos vales, junto aos rebordos do planalto.

A produção total de bananas no RS alcança a quantidade de 120 mil toneladas por ano, que equivalem a menos de 2% da produção brasileira. A média da lavoura nessa microrregião acompanha os valores médios da produção nacional, o que também revela a equiparação ambiental e tecnológica dessa produção monocultora convencional.

A seguir apresentamos a tabela 1 onde listamos as áreas de produção, as quantidades colhidas e a produtividade alcançada em cada um dos municípios bananicultores da microrregião do Litoral Norte do RS.

Tabela 1. Produção de Bananas por Municípios.

MUNICÍPIOS	Área colhida		Produção		Rendimento
	(ha)	% RS	(t)	% RS	(kg / ha)
Três Cachoeiras	2.600	31,32	36.400	35,49	14.000
Mampituba	2.200	26,50	30.800	30,03	14.000
Morrinhos do Sul	1.120	13,49	15.680	15,29	14.000
Torres	167	2,01	2.338	2,28	14.000
Três Forquilhas	250	3,01	1.750	1,71	7.000
Terra de areia	200	2,41	1.400	1,36	7.000
Itati	180	2,17	1.260	1,23	7.000
Maquiné	160	1,93	960	0,94	6.000
Osório	130	1,57	910	0,89	7.000
D. Pedro de Alcântara	120	1,45	840	0,82	7.000
Sub total	7.127	85,86	92.338	90,02	12.956
RIO GRANDE DO SUL	8.301	100,00	102.571	100,00	12.356

Fonte: IBGE / PAM 2001, elaboração: SAA / CEPA / RS

A vinculação às tecnologias da **Revolução Verde** é ainda resultado do processo de modernização conservadora imposta ao setor agrícola desde a década de 1960. Nesse período foi articulada a subordinação da agricultura ao setor industrial, através, pacotes tecnológicos que foram sendo implantados no Brasil a partir do pelo acordo Ministério da Educação e Cultura – MEC e a USAID (Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional), que promoveu reformas no ensino superior de agronomia, transformando radicalmente a maneira e os hábitos dos agricultores em nosso país.

Como essa subordinação atendia e atende ainda aos interesses da política oficial, o incentivo do governo ocorre principalmente através de crédito subsidiado e a política de garantias de preços mínimos a serem pagos aos produtores agrícolas, que se transforma em uma precificação nada justa. Esse modelo de agricultura tem causado graves problemas: desemprego, subemprego, agravamento da miséria e aumento das carências alimentares de milhões de trabalhadores e de suas famílias, concentração da propriedade da terra, etc. Uma das conseqüências mais negativas do atual modelo agrícola utilizado no Brasil diz respeito aos prejuízos ocasionados ao meio ambiente. Isto é devido às práticas agrícolas utilizadas atualmente, que privilegiam a modernização do setor agrícola através do uso intensivo de máquinas e insumos modernos. Sendo que o preço *pago* para que haja aumento de produtividade é muito elevado e a médio, ou em longo prazo, poderá levar o próprio modelo à falência, pois este aumento de produtividade é obtido, na maioria das vezes, através dum aniquilamento do solo e da contaminação do meio ambiente.

Toda a monocultura possibilita, em tese, um rompimento do equilíbrio natural no agroecossistema, pois o excesso de oferta de uma espécie exerce uma atração elevada de seus predadores que resulta na necessidade de biocidas para combater os invasores. Na biodiversidade, ou quando há cultivo de maior número de variedades de vegetais, ou quanto mais complexa for a cobertura vegetal, potencialmente o número de predadores e presas é maior, o que pode evitar a reprodução descontrolada daqueles organismos que acabam se tornando pragas.

Desse modo, quando o agricultor se encontra frente a perspectiva de prejuízo econômico, devido à atividade de fungos, lagartas, insetos, etc., o mesmo, orientado pelos *técnicos*, não tem dúvida em optar pela utilização intensiva de *defensivos agrícolas* que, a cada aplicação precisam ser mais fortes devido à resistência que cada vez mais as pragas passam a oferecer. Sendo que o aumento do uso desses *defensivos* significa uma maior absorção desses produtos pelos animais e pelo homem, pois cada vez mais os alimentos que são consumidos pela população encontra-se com maior índice de contaminação.

Outro problema inerente ao o uso indiscriminado de agrotóxicos resulta do fato de algumas fórmulas já estarem proibidas nos seus países de origem, mas são importados e utilizados em nossas lavouras, muitas vezes camuflados com outro nome e outra classe toxicológica. Tal é o preço de não termos tecnologia brasileira em química fina e fármacos em geral. No caso da bananicultura o problema do momento é a disseminação da doença fúngica designada como *sigatoka negra*¹ causada pelo fungo (*Mycosphaerella fijiensis*). Embora não tenha um produto adequado desenvolvido para essa doença, sua manifestação nos pomares brasileiros tem exigido a importação de fungicidas

¹ Segundo FERRARI Josiane Takassaki & NOGUEIRA Eduardo Monteiro de Campos, disponível em <<http://www.biologico.gov.sp>>, acesso em 25 set. 2004; **Os sintomas da sigatoka negra** variam em função do estágio de desenvolvimento da planta, da suscetibilidade da cultivar e da severidade do ataque. São observados seis estádios de desenvolvimento da doença:

1. pequenas descolorações ou pontuações despigmentadas, menores que 1 mm, visíveis, na página inferior da folha;
2. Estrias de coloração marrom-clara, com 2 a 3 mm de comprimento;
3. As estrias se alongam e já podem ser visualizadas em ambas as faces da folha;
4. Manchas ovais de cor marrom escura na face inferior e negra na face superior da folha;
5. Manchas negras, com pequeno halo amarelo e centro deprimido;
6. Manchas com centro deprimido e de coloração branco acinzentado, que se coalescem em períodos favoráveis ao desenvolvimento do fungo.

aplicáveis a outras formas de sigatoka, a fim de fazer profilaxia nos bananais da microrregião do litoral norte que apresenta a doença desde outubro de 2004, conforme declarações da defesa sanitária e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A seguir mostramos duas folhas de bananeiras atacadas pelos fungos, ainda sem controle agroquímico eficiente.



Figuras 2, 3 e 4 –Folhas de bananeiras atacadas por *Sigatoka negra*.

Fonte: FERRARI & NOGUEIRA, 2004.

A agricultura brasileira carece de apoio mais efetivos e comprometidos com a segurança alimentar da população no que se refere a controle de produtos usados em nosso solo e também como, quando e onde os produtos (mesmo os liberados) estão sendo usados. O que não existe atualmente, pois nem a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, nem a EMATER têm informações exatas sobre o uso e distribuição de agrotóxicos e controle ou assessoramento sobre o uso de fertilizantes sintéticos e agroquímicos. Então o setor agrícola, cada vez mais transfere suas rendas ao setor industrial e financeiro, geralmente o multinacional, pois a produção agrícola vincula-se aos interesses dos produtores de máquinas, inseticidas, fertilizantes, etc. Desse modo, o agricultor está dependente de quem produz os insumos necessários à sua produção, segundo esse modelo de agricultura, da qual não tem conseguido libertar-se.

Paralelamente a produção de bananas segundo a tecnologia convencional, a bananicultura de base ecológica, contudo, avança sua produção com aproximadamente 200 produtores. Os agricultores agroecológicos além de produzirem um produto diferenciado, demonstram estarem mais aptos a perpassar por todos os níveis da cadeia produtiva. Inclusive obtém mais renda e conseguem diversificar sua produção, além de ter mercado certo para seus produtos, que não recebem as classificações usuais da bananicultura convencional, onde os frutos menores são desprezados e descartados pelos atacadistas.

Os resultados mais positivos nesta relação agricultores, padrão produtivo e questões socioeconômicas estão sem dúvida incluídas dentro da produção gerida pelos preceitos da ciência agroecológica que traz arraigada em seus fundamentos a equidade social a partir da agricultura ecologicamente correta. Todavia a transição de um modelo de produção baseados em sumos industrializados para uma produção não é muito simples, até por que os agricultores precisam convencer-se de que a tecnologia agroecológica garante produção e a renda da terra para garantir o sustento das famílias dos agricultores.

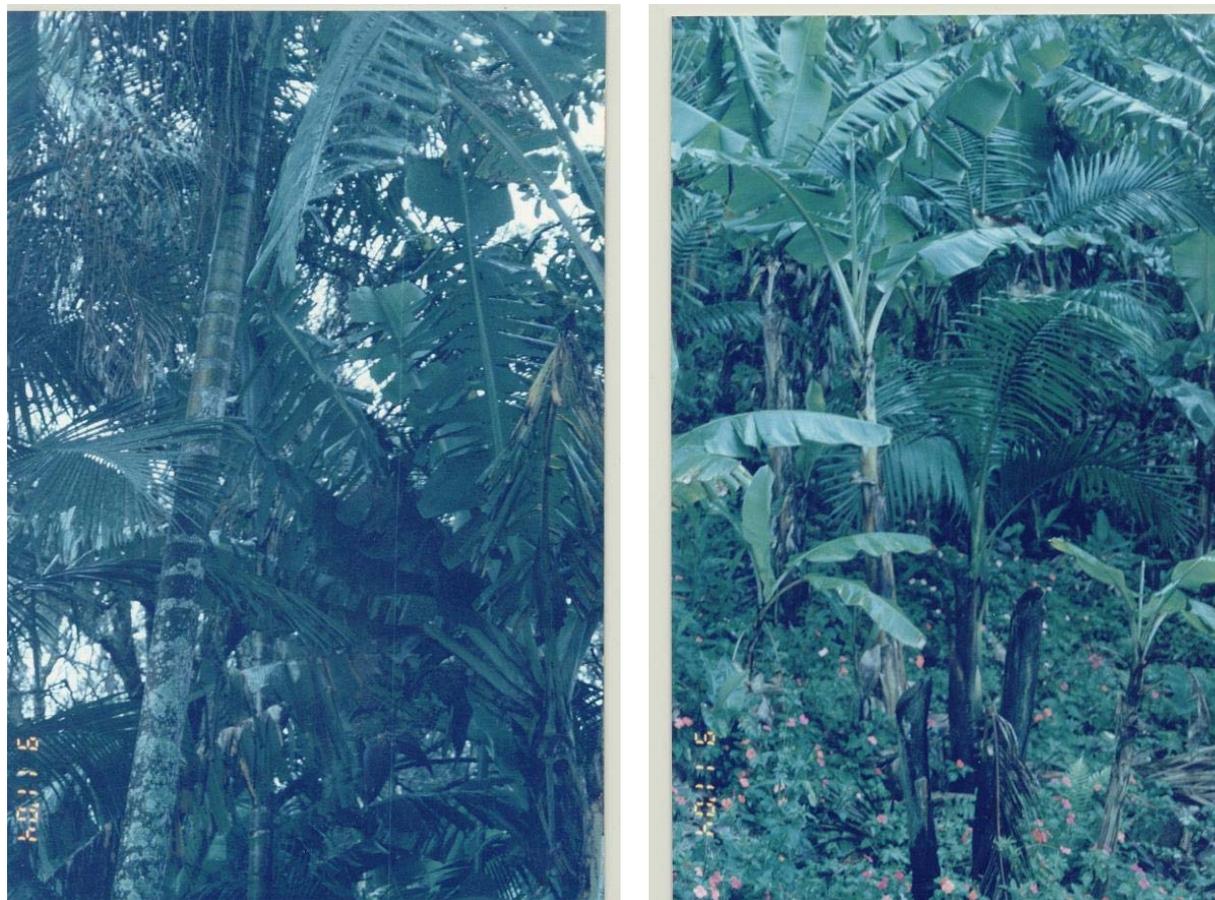
A agroecologia é entendida como prática de uma agricultura com fundamentação, direcionada ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente, ou seja a busca por agroecossistemas sustentáveis,

não utilitária de agroquímicos e de fertilizantes sintéticos. Embora possa, numa fase de transição utilizar alguns produtos de origem biológicos para reduzir efeitos de predadores.

A ação dos agricultores que praticam uma agricultura de base ecológica iniciou a partir da preocupação com problemas ambientais decorrentes da agricultura moderna, que, fundamentada em fertilização sintética e controle químico de doenças vegetais, que, somados como a extinção da cobertura vegetal natural e pela poluição dos recursos hídricos originados nos despejos industriais e águas residuais domésticas, levaram a uma situação de alta criticidade e fragilidade ambiental. Outro fator relevante nessa mudança de tecnologia na fruticultura, especialmente na bananicultura é o surgimento de doenças sem controle farmacológico e que tem ameaçado os pomares, cuja melhor profilaxia no momento é formação de pomares através do sistema agroflorestal – SAF.

A conversão de uma agricultura convencional para uma agricultura de base ecológica tem sido uma iniciativa vigorosa, também apoiada pela EMATER e pelos núcleos de agricultores localizados nos municípios onde se localizam os pomares de bananas na microrregião do Litoral Norte, especialmente em Mampituba, Morrinhos do Sul e Dom Pedro de Alcântara, onde se localiza o Centro Ecológico do Litoral Norte, que funciona com o irradiador das idéias, e fomentador das discussões sobre a agricultura de base ecológica.

A ação dos agricultores é visível na formação dos pomares e pela implantação de espécies diversas no meio do pomar para a produção de madeiras, palmáceas para frutos e palmitos, como o palmito juçara (*Euterpe edulis*) e a palmeira imperial (*Roystonea oleraceae*). As condições de um pomar com características agroflorestais podem ser vistas nas figuras que seguem:



Figuras 5 e 6 – Pomares de bananeiras em sistema agroflorestal.

Fonte: dos autores, 2004.

Os fruticultores têm contribuído para modificação do modelo produtivo nos pomares bananeiros, gerando qualidade com custos reduzidos, através do abandono da fertilização sintética, onde passam apenas a colocar pó de rocha basáltica obtidos gratuitamente nas pedreiras e britadeiras da região. O principal resultado dessa mudança tem sido a produção de frutos orgânicos, saudáveis, sem resíduos de agroquímicos.

Por esse viés, fica evidente que é necessária alguma boa vontade para articular os interesses econômicos em favor da sociedade, a fim de melhorar os métodos no manejo ambiental e na agricultura como um todo. Isso quando a ânsia pelos lucros não dissipa os conselhos do bom senso. E, como o custo de produção não é elevado, as frutas podem ser vendidas para o consumidor pelo mesmo preço da fruta convencional.

O meio ambiente e a produção de frutos mais saudáveis são os primeiros resultados dessa mudança tecnológica de produção, provando que existem soluções baratas e eficientes para muitos desafios que afligem o meio ambiente e a sociedade. O maior desafio destes agricultores está em relação às doenças fúngicas de disseminação anemocória, cujo controle não foi ainda vencido, somente reduzido através da experiência com o sistema agroflorestal – SAF.

Como podemos observar nos pomares visitados, a transição para a agricultura ecológica é um processo que demanda paciência e pesquisa, erros e tentativas, pois cada agroecossistema tem especificidades e o arranjo espacial onde se localiza oferece oportunidades e ameaças específicas.

Finalmente, considerando que as alternativas de agriculturas alheias à revolução verde são menos onerosas e mais inclusivas, pois permitem a ocupação permanente dos trabalhadores e não apenas durante as safras, os sistemas agroecológicos tornam-se sustentáveis e atraem produtores continuamente. Pois quando o produtor percebe que pode ter uma produção mais saudável e atraente ao mercado consumidor através de custos menores ele passa a converter sua produção do modo convencional para o ecológico. Diante desta conversibilidade, vemos uma recuperação em escala local dos desequilíbrios ambientais, que de alguma forma vai minorando os efeitos do desequilíbrio regional e global. Este processo envolve uma mudança cultural significativa, e, embora tenha um fundamento financeiro em sua base, é fruto da consciência ecológica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ARBAGE, Alessandro Poporatti. **Economia Rural: conceitos básicos e aplicações**. Chapecó: Argos, 2003.

ALMEIDA, Jalcione, ZANDER, Navarro. Reconstruindo a agricultura: idéias e idéias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. In: **Da ideologia do progresso à idéia de um desenvolvimento rural sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: editora da UFRGS, 1998.

ALVES, Tiago Wickstrom. **Custos de produção e comercialização da banana produzida nos municípios de Morrinhos do Sul, Torres e Três Cachoeiras** – RS. Porto Alegre: Faculdades de Ciências Econômicas. UFRGS. 1995 (Dissertação de Mestrado).

FERRARI Josiane Takassaki; NOGUEIRA Eduardo Monteiro de Campos. **Como identificar e combater a sigatoka negra da bananeira.** Disponível em <<http://www.biologico.gov.sp>>, acesso em 25 set. 2004